**PT**

 **— Rue Belliard/Belliardstraat 101 — 1040 Bruxelles/Brussel — BELGIQUE/BELGIË —**

**Tel. +32 22822211 — Fax +32 22822325 — Internet:** [**http://www.cor.europa.eu**](http://www.cor.europa.eu/)

|  |
| --- |
|  |
| **COTER-VI-002**  |
| **111ª reunião plenária de 16 e 17 de abril de 2015** |

**PROJETO DE PARECER**

**Melhorar a implementação da Agenda Territorial da União Europeia 2020**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Relator: **Marek Woźniak (PL-PPE)** Presidente da região da Grande Polónia \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  |

|  |
| --- |
| **Prazo de apresentação das alterações:****Sexta-feira, 27 de março de 2015, às 15 horas** (hora de Bruxelas) utilizando a ferramenta em linha para a apresentação de alterações (disponível no Portal dos Membros: <http://cor.europa.eu/members>).Número de assinaturas exigido: 6 |

|  |
| --- |
| Texto de referência |

**Projeto de parecer do Comité das Regiões Europeu – Melhorar a implementação da Agenda Territorial da União Europeia 2020**

**I.** **RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS**

O COMITÉ DAS REGIÕES EUROPEU

# salienta que a Agenda Territorial da União Europeia (TA2020) se constituiu desde o início como um quadro político de ação destinado a promover o desenvolvimento territorial policêntrico na UE. A responsabilidade pelas medidas políticas recai sobretudo sobre as instituições europeias;

# recorda que a TA2020 tem por objetivo fornecer orientações estratégicas para o desenvolvimento territorial, apoiar a integração da dimensão territorial nos diferentes domínios políticos a todos os níveis de governação e assegurar a aplicação da Estratégia Europa 2020, de acordo com os princípios da coesão territorial[[1]](#footnote-1);

# lamenta que a Agenda Territorial tenha estado ausente da arena política durante vários anos, mas congratula-se com o interesse demonstrado pelo atual Trio de Presidências (Itália – Letónia – Luxemburgo) em relação a este tema;

# sublinha que a abordagem territorial (*place-based*) é o único modelo político que permite à União ir ao encontro das expectativas dos cidadãos europeus[[2]](#footnote-2). Por conseguinte, a União Europeia – mediante a participação ativa do Comité das Regiões, dos órgãos de poder local e regional e de outras partes interessadas – tem de desempenhar um papel de maior protagonismo no desenvolvimento de uma abordagem de base local, o que permitirá melhorar a implementação da Agenda Territorial da UE;

# destaca a necessidade de um planeamento estratégico conjunto para todo o território europeu, assente numa visão global de desenvolvimento futuro, visando promover uma melhor coordenação das políticas da União, gerar sinergias intersetoriais e definir claramente que instituições são responsáveis pela implementação da Agenda Territorial a nível europeu, nacional, regional e local;

# entende neste contexto que, a bem de um desenvolvimento mais equilibrado, sustentável e inclusivo, são indispensáveis atividades de sensibilização e informação territorial, assim como de assistência no plano metodológico aos órgãos de poder local e regional, para além dos mecanismos de planeamento e coordenação. A este respeito, há ainda muito trabalho a fazer para obter dados comparativos a nível local e infralocal em toda a UE;

# exorta, por conseguinte, à elaboração de uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado à escala europeia, garantindo-se, simultaneamente, que as atuais competências do nível local e regional em matéria de planeamento são respeitadas[[3]](#footnote-3);

# recomenda, tendo em vista a política de coesão após 2020, o reforço da dimensão territorial no âmbito da implementação eficaz da Estratégia Europa 2020 e mais além, que tenha em especial consideração o impacto territorial das políticas europeias. Para o efeito, recomenda que se proceda a uma revisão das políticas setoriais no respeitante ao seu impacto territorial e que o processo de adoção de atos jurídicos relativos às diferentes políticas da UE passe a incluir em permanência uma avaliação do impacto territorial, que constituiria um dos elementos da avaliação do impacto da regulamentação;

# frisa a necessidade de acompanhar as medidas adotadas a nível europeu para contrariar as crescentes disparidades regionais em toda a UE no contexto da recente crise, as quais colocam uma séria ameaça à coesão territorial;

 *Observações na generalidade*

# é de opinião que a UE necessita de uma estratégia de base local. Cabe redobrar esforços nesse sentido no âmbito do novo pacote legislativo da política de coesão. Por outras palavras, a política de coesão tem de saber conciliar os princípios da condicionalidade e da subsidiariedade, prestando mais atenção a este último;

# recorda que a política territorial da União deve ter em consideração o impacto das suas diferentes estratégias políticas nas regiões e permitir enfrentar os atuais desafios de uma forma abrangente e não apenas circunscrita aos fundos estruturais e de investimento, a fim de ter em conta domínios como o ambiente, os transportes e o mercado interno, para citar apenas algumas das políticas da UE com evidentes repercussões territoriais. Há que ter em atenção a dimensão territorial na elaboração das políticas, a fim de maximizar sinergias, explorar as oportunidades de desenvolvimento e evitar efeitos políticos adversos;

# mais uma vez recomenda a criação de um «Conselho da Política de Coesão» composto pelos ministros do desenvolvimento regional ao nível de governação competente em cada Estado‑Membro e por um representante do Comité das Regiões enquanto coordenador da cooperação, com o objetivo de reforçar o sistema de controlo e velar pelo equilíbrio. A este respeito, declara a sua disponibilidade para participar ativamente nos debates políticos sobre a criação da referida estrutura, de modo a garantir que os pontos de vista dos órgãos de poder local e regional são plenamente tidos em conta.

# salienta que a parceria é uma condição essencial para aumentar a eficácia da política de coesão, e apenas um sistema de governação a vários níveis permitirá combinar eficazmente as orientações estratégicas da União Europeia e os desafios regionais e locais[[4]](#footnote-4);

# reitera o seu apoio aos novos mecanismos e instrumentos destinados a reforçar a abordagem territorial através do desenvolvimento local de base comunitária e do investimento territorial integrado (ITI), na medida em que oferecem aos órgãos de poder local, aos municípios e às regiões excelentes oportunidades de utilizarem os fundos da UE para gerar crescimento económico e prosperidade e para regressar à convergência; lamenta, por conseguinte, que, embora muitos Estados-Membros tenham considerado a sua implementação, na prática isso seja dificultado pelos obstáculos regulamentares que subsistem na UE e pela relutância das autoridades de gestão em permitir que estes mecanismos e instrumentos da UE sejam aplicados ao nível regional e local;

# assinala que, perante as fortes disparidades quanto ao nível de implementação destes instrumentos nos diferentes Estados-Membros, cumpre simplificar e coordenar ao máximo o sistema de gestão, implementação, acompanhamento e controlo dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento territorial;

# salienta, no entanto, que a abordagem territorial do desenvolvimento vai muito para além destes instrumentos e deve ser tida em conta em todas as dimensões da política de coesão;

# apela a um maior respeito pelo artigo 174.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), que versa sobre a coesão territorial. Este artigo estabelece que a União procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas, prestando especial atenção às zonas rurais, às zonas afetadas pela transição industrial e às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, como as regiões mais setentrionais com muito baixa densidade populacional e as regiões insulares, transfronteiriças e de montanha. Na verdade, permitir que estes territórios superem os seus obstáculos estruturais ao desenvolvimento constituiria um dos elementos-chave para o sucesso da Agenda Territorial 2020;

# sublinha, além disso, a necessidade de considerar outros desafios demográficos que têm importantes repercussões para as regiões, como o êxodo das populações, o envelhecimento e a baixa densidade populacional; solicita que, ao implementar a política de coesão, a Comissão preste especial atenção às zonas geográfica e demograficamente mais desfavorecidas[[5]](#footnote-5);

# apela ao relançamento do debate sobre a medição da qualidade de vida recorrendo a outros indicadores para além do PIB, destacando que a coesão territorial constitui um complemento à coesão económica e social e não é, por isso, mensurável apenas através de indicadores económicos. O crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da UE envolve muito mais do que o simples aumento do PIB. Abrange também aspetos territoriais, sociais, culturais e, em particular, ambientais, que são especialmente importantes nas regiões rurais ou menos povoadas;

# solicita a introdução de um conjunto de indicadores e de índices comparáveis e fiáveis que possam ser utilizados para medir, apoiar e acompanhar a coesão territorial, o desenvolvimento territorial abrangente, problemas estruturais, desafios e oportunidades territoriais, bem como o impacto territorial nos diferentes níveis geográficos e tipos de regiões[[6]](#footnote-6). Tal permitirá que os decisores políticos tomem decisões informadas em matéria de ordenamento do território, em conformidade com os requisitos de proporcionalidade;

# assinala igualmente a necessidade de encetar um debate sobre o futuro da política de coesão após 2020, examinando, em particular, se se concretizaram os seus objetivos iniciais relativos ao apoio a uma abordagem de base local;

 *Desenvolvimento territorial policêntrico*

# faz notar que o desenvolvimento policêntrico da UE tem uma importância-chave para a consecução da coesão territorial;

# recorda que a eficácia e a qualidade da Europa dependem da criação de redes de contactos entre municípios de todas as dimensões – desde o nível local até ao nível mundial – bem como da capacitação dos cidadãos e da realização de atividades a nível local para promover os pontos fortes de cada território a nível europeu e mundial;

# realça que a abertura aos países vizinhos e ao resto do mundo é uma condição necessária para todos os municípios e regiões europeias que pretendam beneficiar das oportunidades de desenvolvimento oferecidas pelo crescimento global e pelo progresso tecnológico. Neste contexto, o apoio à cooperação transfronteiriça, especialmente nas fronteiras externas da UE, revelou-se um instrumento eficaz. O desenvolvimento da Europa a longo prazo depende da valorização global e do aproveitamento das mais-valias competitivas de cada município e região no contexto da conclusão do mercado único e da definição de estratégias eficazes de desenvolvimento conjunto, em particular no âmbito da Parceria Euro-Mediterrânica e da Parceria Oriental, bem como da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento[[7]](#footnote-7);

# frisa que a cooperação entre os municípios e regiões mais desenvolvidos gera valor acrescentado e contribui para o desenvolvimento do meio mais alargado em que se inserem; salienta, pois, a necessidade de levar em conta o papel dos órgãos de poder local e regional, bem como os seus pontos de vista e propostas, visto que eles são diretamente afetados pelas políticas da UE;

 *O papel das cidades secundárias e das zonas urbanas e rurais de pequena e média dimensão*

# chama a atenção para as vantagens de um modelo policêntrico de desenvolvimento regional, salientando neste contexto a importância das ligações entre as zonas urbanas e as zonas rurais;

# apela à adoção de uma abordagem política favorável à criação de regiões funcionais aquém e além-fronteiras, visto que as zonas funcionais abrangem tanto as zonas urbanas como as zonas rurais, e atendendo a que as análises económicas e territoriais salientam amiúde o seu papel na manutenção da massa crítica para o desenvolvimento e na redução da vulnerabilidade aos choques externos;

# faz notar que existem zonas de exclusão social em espaços urbanos, suburbanos e rurais que, muitas vezes, são adjacentes a zonas que oferecem um nível de vida digno. Há que tomar em consideração as especificidades infrarregionais com vista a melhorar a implementação da Agenda Territorial;

# apela a uma maior concentração das políticas e dos recursos financeiros da UE em prol de ligações eficazes e eficientes entre as zonas urbanas, do acesso ao conhecimento e à educação e da criação de redes de cidades e de espaços funcionais[[8]](#footnote-8), visando a partilha de boas práticas, de soluções políticas eficazes e de projetos;

# congratula-se com o facto de a Agenda Territorial 2020 exortar os Estados, as regiões e os municípios (incluindo os de pequena e média dimensão) a contribuírem para as prioridades territoriais comuns da Europa, mas ao mesmo tempo lamenta que os órgãos de poder local e regional ainda não sejam tratados em pé de igualdade com os outros intervenientes nos processos de decisão neste domínio. Cabe envidar esforços no sentido de permitir a estes órgãos de poder reagir com maior eficácia aos desafios territoriais mais importantes na Europa;

# reconhece que o funcionamento eficaz das pequenas e médias cidades e a diversificação das economias rurais são elementos essenciais para a plena implementação da Agenda Territorial. Neste contexto, importa fazer incidir as estratégias sobre o acesso equitativo a serviços de interesse socioeconómico geral, o alargamento das zonas funcionais (com base nas iniciativas de desenvolvimento urbano-rural já elaboradas) e a promoção da acessibilidade e da interligação das cidades pequenas e médias[[9]](#footnote-9);

# assinala o papel das zonas urbanas de pequena e média dimensão enquanto um dos elementos do desenvolvimento territorial policêntrico. Neste contexto, congratula-se com a abordagem por parte do Trio de Presidências de um tema comum neste domínio relativo, nomeadamente, à análise das ligações entre espaços rurais e urbanos, à apresentação de mecanismos de cooperação entre as regiões e à consecução de um desenvolvimento territorial mais equilibrado;

# salienta que as zonas urbanas de pequena e média dimensão desempenham um papel ativo em prol do bem-estar e da prosperidade dos habitantes das zonas rurais em seu redor, constituindo polos de emprego, serviços e transportes a nível local. São, pois, importantes para conter o processo de despovoamento das zonas rurais e urbanas. Não obstante, podem também contribuir para o desenvolvimento das zonas metropolitanas através da participação numa rede policêntrica conjunta, para além de ajudarem a resolver questões ambientais e de qualidade de vida resultantes da excessiva concentração da população nas grandes cidades;

# preconiza neste contexto a prossecução do desenvolvimento da dimensão urbana da política de coesão e uma melhoria da sua coordenação com outras políticas que afetem as zonas urbanas no quadro de uma agenda urbana integrada, assim como o reforço da cooperação europeia formal entre as zonas urbanas e a sua envolvente rural[[10]](#footnote-10); reitera o seu apelo para que se elabore um Livro Branco para uma agenda urbana integrada;

 *Interligar as regiões da Europa: perspetiva territorial*

# encara a cooperação territorial europeia – coadjuvada por iniciativas de cooperação transfronteiriça, inter-regional ou transnacional (por exemplo, os AECT) – e o desenvolvimento de estratégias macrorregionais como instrumentos fundamentais para uma implementação mais eficaz da Agenda Territorial; saúda, pois, o plano do Trio de Presidências de examinar as necessidades em matéria de disposições jurídicas com vista à criação de zonas transfronteiriças integradas; entende que a participação dos órgãos infraestatais na elaboração e gestão destes instrumentos deve continuar a ser um elemento fundamental para a consecução dos seus objetivos;

# entende ser necessário promover um crescimento policêntrico e geograficamente equilibrado entre os diferentes territórios, nomeadamente através de medidas firmes para colmatar o fosso digital e de uma política de transportes sustentável assente numa estratégia adaptada às especificidades territoriais;

# destaca o papel das infraestruturas de transporte enquanto instrumento de coesão territorial. As regiões que enfrentam dificuldades geográficas e demográficas requerem uma atenção especial a este respeito[[11]](#footnote-11); neste contexto, assinala a possibilidade de recorrer aos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial para apoiar as ligações transfronteiras, inclusive com países terceiros, bem como a instrumentos financeiros diversos, como o Mecanismo Interligar a Europa;

# apela a que a Comissão prossiga e intensifique os seus esforços no sentido de concluir a rede principal das RTE-T, em particular no que se refere a eliminar pontos de estrangulamento e facilitar as conexões transfronteiriças, e a que reforce a participação dos órgãos de poder local e regional nas plataformas de corredor;

# sublinha, como indicado no sexto relatório sobre a coesão, que as orientações para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes definem o objetivo de dispor de uma rede verdadeiramente multimodal à escala da UE, incluindo as vias férreas, o que requer a criação de novas infraestruturas e a melhoria das existentes; a este respeito, reputa necessário dispor de meios de transporte sustentáveis, competitivos, eficientes do ponto de vista energético e mais ecológicos, favorecer a intermodalidade e a utilização complementar dos diferentes modos de transporte, bem como desenvolver projetos de infraestruturas nas regiões menos desenvolvidas, nas zonas transfronteiriças, nos territórios cujo acesso ao mercado interno é condicionado por barreiras físicas e nos que apresentam problemas de coesão territorial;

 *Agenda Territorial e Estratégia Europa 2020*

# observa que a Agenda Territorial UE 2020 confirma a importância da abordagem territorial para a implementação da Estratégia Europa 2020. Neste sentido, só se poderão atingir os objetivos europeus definidos na estratégia se a respetiva dimensão territorial for tida em conta, uma vez que as possibilidades de desenvolvimento das diferentes regiões diferem entre si[[12]](#footnote-12);

# reitera o seu apelo à apresentação de um Livro Branco sobre coesão territorial baseado numa análise da interação entre a Agenda Territorial 2020 e a Estratégia Europa 2020, no intuito de combater as disparidades regionais crescentes na UE[[13]](#footnote-13);

# defende que a política de coesão da UE, com os seus objetivos de coesão económica, social e territorial, dará também no futuro um claro contributo para a realização dos objetivos da Estratégia Europa 2020. Através de uma articulação mais profunda entre os objetivos de crescimento e de convergência, a política de coesão apoiará a redução das disparidades na União Europeia no que respeita à realização dos objetivos centrais da estratégia e contribuirá, assim, para um bem-estar duradouro em toda a Europa. Importa aproveitar sistematicamente este potencial, recorrendo à abordagem de parceria da política de coesão para, no âmbito de estratégias regionais, abordar de forma concreta as condições e potencialidades locais;

# apoia, por conseguinte, a ideia de propor um código de conduta para a Estratégia Europa 2020[[14]](#footnote-14), tendo como base o código de conduta europeu sobre parcerias, visando assegurar que os órgãos de poder local e regional e outras partes interessadas participam na elaboração e implementação dos documentos estratégicos de longo prazo pertinentes para o desenvolvimento territorial;

 *Uma visão para a Europa*

# salienta as iniciativas do ESPON relativas à elaboração de um conjunto de indicadores e índices relacionados com o desenvolvimento territorial europeu, de que os decisores políticos se poderão socorrer para a medição e acompanhamento da coesão territorial;

# considera que é urgente desenvolver dados estatísticos comparáveis relativos às zonas locais e infralocais, bem como traduzir as atuais classificações urbano-rurais da OCDE e da Comissão em categorias do Eurostat que possam, com base em informações fiáveis do terreno, contribuir tanto para a elaboração como para a avaliação das políticas da UE;

# faz notar que a construção de uma Europa aberta e policêntrica constitui a estratégia territorial mais coerente para reforçar o crescimento económico, a competitividade e a coesão social e para realizar os objetivos de desenvolvimento sustentável promovidos pela Estratégia Europa 2020 e a Agenda Territorial 2020 para as próximas décadas[[15]](#footnote-15); manifesta o seu apoio a uma estratégia que conjugue desenvolvimento e coesão e vise criar espaços onde seja agradável viver;

# reconhece a necessidade de um planeamento estratégico comum para o conjunto do território europeu, assente numa visão global de desenvolvimento futuro e destinado a assegurar uma melhor coordenação das políticas de desenvolvimento regional[[16]](#footnote-16).

Bruxelas,

**II.** **PROCESSO**

|  |  |
| --- | --- |
| **Título** | Melhorar a implementação da Agenda Territorial da União Europeia 2020 |
| **Referências**  |  |
| **Base jurídica** | Artigo 307.º do TFUE |
| **Processo regimental** | Artigo 41.º, alínea b), subalínea i), do Regimento do CR |
| **Data da consulta do Conselho/PE / Data da carta da Comissão** | 25 de setembro de 2014 |
| **Data da decisão do presidente / da Mesa** | 15 de outubro de 2014 |
| **Comissão competente** | Comissão de Política de Coesão Territorial e Orçamento da UE (COTER) |
| **Relator** | Marek Woźniak (PL-PPE)Presidente da região da Grande Polónia |
| **Nota de análise** | 22 de janeiro de 2015 |
| **Exame em comissão**  | 2 de março de 2015 |
| **Data da adoção em comissão**  | 2 de março de 2015 |
| **Resultado da votação em comissão****(maioria, unanimidade)** | Maioria |
| **Data da adoção em plenária**  | Prevista para 16 e 17 de abril de 2015 |
| **Pareceres anteriores do Comité**  | * Parecer sobre o «Contributo da política de coesão para a Estratégia Europa 2020» (CdR 223/2010)[[17]](#footnote-17)
* Parecer sobre o «Sexto relatório sobre a coesão» (CdR 4896/2014)[[18]](#footnote-18)
* Parecer sobre o «Desenvolvimento promovido pelas comunidades locais» (CdR 1684/2012)[[19]](#footnote-19)
* Parecer sobre a «Avaliação do impacto territorial» (CdR 29/2013)[[20]](#footnote-20)
* Parecer sobre o tema «Rumo a uma agenda urbana integrada na UE» (CdR 6902/2013)[[21]](#footnote-21)
* Parecer sobre o «Pacote de mobilidade urbana» (CdR 90/2014)[[22]](#footnote-22)
* Parecer sobre «A mobilidade em regiões que enfrentam dificuldades geográficas e demográficas» (CdR 1691/2014)[[23]](#footnote-23)
 |
| **Data da consulta da Rede de Observância da Subsidiariedade** | Não se aplica. |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. Agenda Territorial da União Europeia 2020. Para uma Europa inclusiva, inteligente e sustentável de regiões diversas. [↑](#footnote-ref-1)
2. Relatório Barca, p. 108. [↑](#footnote-ref-2)
3. «Making Europe Open and Polycentric» [Tornar a Europa aberta e policêntrica], in: *Scenarios and Vision for European Territory 2050*, ESPON. [↑](#footnote-ref-3)
4. CdR 2012/1683. [↑](#footnote-ref-4)
5. CoR 2014/4896 [↑](#footnote-ref-5)
6. «Making Europe Open and Polycentric» [Tornar a Europa aberta e policêntrica], in: *Scenarios and Vision for European Territory 2050*, ESPON. [↑](#footnote-ref-6)
7. «Making Europe Open and Polycentric» [Tornar a Europa aberta e policêntrica], in: *Scenarios and Vision for European Territory 2050*, ESPON. [↑](#footnote-ref-7)
8. «How to strengthen the Territorial dimension of Europe 2020 and the EU cohesion Policy» [Como reforçar a dimensão territorial da Estratégia Europa 2020 e a política de coesão da UE]. [↑](#footnote-ref-8)
9. «How to strengthen the Territorial dimension of Europe 2020 and the EU cohesion Policy» [Como reforçar a dimensão territorial da Estratégia Europa 2020 e a política de coesão da UE]. [↑](#footnote-ref-9)
10. «Polycentric Territorial Development at EU, national and regional level» [Desenvolvimento territorial policêntrico a nível europeu, nacional e regional] — Debate em mesa-redonda no âmbito da reunião da Comissão COTER em Fabriano, 10 de julho de 2014. [↑](#footnote-ref-10)
11. Para recomendações específicas, ver o parecer do Comité das Regiões sobre «A mobilidade em regiões que enfrentam dificuldades geográficas e demográficas» (CdR 1691/2014). [↑](#footnote-ref-11)
12. Agenda Territorial da União Europeia 2020. Para uma Europa inclusiva, inteligente e sustentável de regiões diversas. [↑](#footnote-ref-12)
13. CdR 2014/2333. [↑](#footnote-ref-13)
14. Projeto para uma Estratégia Europa 2020 revista. [↑](#footnote-ref-14)
15. «Making Europe Open and Polycentric» [Tornar a Europa aberta e policêntrica], in: *Scenarios and Vision for European Territory 2050*, ESPON. [↑](#footnote-ref-15)
16. «Making Europe Open and Polycentric» [Tornar a Europa aberta e policêntrica], in: *Scenarios and Vision for European Territory 2050*, ESPON. [↑](#footnote-ref-16)
17. [JO C 15 de 18.1.2011, p. 10](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:015:SOM:PT:HTML). [↑](#footnote-ref-17)
18. [JO C 19 de 21.1.2015](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2015:019:SOM:PT:HTML). [↑](#footnote-ref-18)
19. [JO C 17 de 19.1.2013](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2013:017:SOM:PT:HTML). [↑](#footnote-ref-19)
20. [JO C 280 de 27.9.2013](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2013:280:SOM:PT:HTML). [↑](#footnote-ref-20)
21. [JO C 271 de 19.8.2014](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2014:271:SOM:PT:HTML). [↑](#footnote-ref-21)
22. [JO C 271 de 19.8.2014](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2014:271:SOM:PT:HTML). [↑](#footnote-ref-22)
23. [JO C 415 de 20.11.2014](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2014:415:SOM:PT:HTML). [↑](#footnote-ref-23)